

INFORME POLÍTICA COMERCIAL

TEMA: ORGANISMOS
INTERNACIONAIS

Brasil tem sua política comercial dos últimos quatro anos revisada pela Organização Mundial do Comércio

Contexto

Foi realizada, entre os dias 23 e 25 de novembro, a 8ª Revisão de Política Comercial (*"Trade Policy Review"* – TPR, na sigla em inglês) do Brasil na OMC, referente ao período de 2017 a 2021.

A revisão faz parte do pilar de monitoramento da OMC e ocorre a cada cinco anos, no caso de países em desenvolvimento, e tem como principal objetivo observar e debater as práticas comerciais e a política econômica do Brasil.

Funcionamento do TPR

O Secretariado da OMC produz um relatório apontando as principais políticas adotadas pelo Brasil com impacto nos fluxos comerciais. A partir disso, o Brasil apresenta seus comentários e possíveis ajustes ao que foi apresentado. Segundo informações foram recebidas mais de 900 perguntas dos demais membros da OMC sobre diferentes tópicos.

Dentre os comentários recebidos, destacam-se os elogios ao papel do Brasil para o êxito da 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC 12, realizada em junho de 2022), ao perfil de liderança do Brasil na OMC e a resiliência da economia brasileira após a pandemia, bem como a realização de reformas para melhoria do ambiente de negócios.

Principais destaques do Relatório da OMC

Política Comercial

- Diminuição da tarifa externa comum (TEC) do Mercosul;

- Redução das barreiras não tarifárias e da burocracia no comércio exterior, com destaque para os avanços no Portal Único de Comércio Exterior;
- Implementação do Portal Único do Comércio Exterior, que acarretou a redução do tempo médio de exportação de 13 para cinco dias; e o de importação, de 17 para nove dias, embora a ferramenta seja utilizada em apenas 30% das operações de importação;
- Ampliação da rede de acordos comerciais do MERCOSUL;
- Diminuição do número de medidas antidumping em vigor, que passou de 161, em 2017, para 140, em 2021.

Balança comercial

- Maior abertura da economia brasileira, cuja corrente de comércio internacional, impulsionada pelo aumento das exportações e importações e dos preços das commodities, aumentou de 24,3% em 2017 para 39,2% do PIB em 2021;
- Comércio internacional de serviços saltou de 24,3% do (PIB) em 2017 para 39,2% em 2021. Embora tenha expandido, segue aquém da média mundial, de 52%, e da média da América Latina e Caribe, de 53%, segundo dados do Banco Mundial;
- Brasil segue como um dos principais produtores mundiais de soja, carnes bovina e de frango, açúcar, suco de laranja e café. Houve crescimento da participação do petróleo e minérios nas exportações, de 19,4% para 31,3% do total no período analisado, de 2017 a 2021, favorecido pelo aumento dos preços das commodities nos últimos anos. Há uma predominância dos manufaturados nas importações.

Principais parceiros comerciais

- Expansão das relações comerciais do Brasil com a Ásia, especialmente a China, e pela redução da participação das Américas, inclusive do Mercosul. O volume de exportações brasileiras para a China aumentou quase dez pontos, de 22,1% em 2017 para 31,3% do total no ano passado;
- Diminuição do volume exportado para diversos parceiros relevantes. Reduziu de 12,6% para 11,2% a pauta com os EUA; redução de 14,1% para 13% para a União Europeia; redução de 8,2% para 4,2% para a Argentina;
- Com relação ao volume importado, houve um aumento de 17,5 para 22,8% da origem chinesa no período analisado. As importações dos EUA, UE e da Argentina se mantiveram estáveis.

Pontos de atenção do TPR

- Há também no relatório um destaque aos programas de subsídios a setores específicos da economia brasileira, recomendando-se um avanço nas reformas estruturais, tributárias e de subsídios, além de redução da burocracia, de forma a aumentar a competitividade da indústria brasileira;
- O regime de tributação interna do Brasil continua complexo, inclusive no tratamento de bens e serviços importados;
- Vários programas de incentivo permaneceram em vigor durante o período em análise. A gama de medidas de apoio incluiu taxas de juros administradas ou financiamento em condições preferenciais, benefícios fiscais, contribuições financeiras, depreciação acelerada, garantias, subsídios, serviços de consultoria e seguro de crédito;
- O país ainda mantém alguns incentivos condicionados ao cumprimento de critérios do Processo Produtivo Básico (PPB), que são definidos com o objetivo de maximizar a utilização da capacidade produtiva instalada no país;
- Não houve grandes mudanças nos marcos legais e institucionais de proteção sanitária e fitossanitária desde o último TPR.

O relatório completo está disponível [aqui](#).



Mais informações em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/>

INFORME POLÍTICA COMERCIAL | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Diretora: Lytha Battiston Spíndola | Superintendência de Desenvolvimento Industrial - SDI | Superintendente: Renato da Fonseca | Gerência de Comércio Exterior | Gerente: Constanza Negri Biasutti | Equipe: Marina Isadora Barbosa Souza | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha | Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

